



Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material

ISSN: 0101-4714

ISSN: 1982-0267

Museu Paulista, Universidade de São Paulo

LIRA, JOSÉ; DELECAVE, JONAS; PRÓSPERO, VICTOR; FIAMMENGHI, JOÃO BITTAR

Acervos de arquitetura como espaço histórico de formação

Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, vol. 29, e53, 2021

Museu Paulista, Universidade de São Paulo

DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02672021v29e53>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27365965050>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais informações do artigo
- ▶ Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

UABM [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Acervos de arquitetura como espaço histórico de formação

Architectural collections as historical spaces of education

<https://doi.org/10.1590/1982-02672021v29e53>

JOSÉ LIRA¹

<https://orcid.org/0000-0003-2770-9186>

Universidade de São Paulo / São Paulo, SP, Brasil

JONAS DELECAVE²

<https://orcid.org/0000-0002-5341-6363>

Universidade Federal de Ouro Preto / Ouro Preto, MG, Brasil

VICTOR PRÓSPERO³

<https://orcid.org/0000-0002-7558-2610>

Universidade de São Paulo / São Paulo, SP, Brasil

JOÃO BITTAR FIAMMENGHI⁴

<https://orcid.org/0000-0001-8810-0855>

Universidade de São Paulo / São Paulo, SP, Brasil

1. Professor titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), doutor e livre-docente pela mesma instituição, com estágios de pós-doutorado na Universidade Columbia (com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes) e na Escola Nacional Superior de Arquitetura de Paris-Malaquais (com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp). Ex-diretor do Centro de Preservação Cultural/Casa de Dona Yayá, da USP.
E-mail: <joselira@usp.br>.

2. Professor substituto do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto (Dearq-UFOP), doutor em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo pela FAU-USP, com período de estágio de pesquisa na Universidade Columbia (com apoio da Fapesp).
E-mail: <jonasdelecave@gmail.com>.

3. Arquiteto e Urbanista pela FAU-USP, doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e

Urbanismo da mesma instituição (com apoio da Fapesp). Bolsista Fulbright para doutorado sanduíche na Universidade Harvard (Departamento de História da Arte e da Arquitetura). *E-mail:* <victor.prosperso@usp.br>.

4. Arquiteto e Urbanista pela FAU-USP, mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da mesma instituição e bolsista de treinamento técnico (TT) no projeto Translating Ferro/Transforming Knowledges (cooperação Fapesp e Arts and Humanities Research Council – AHRC). *E-mail:* <joao.fiammenghi@usp.br>.

RESUMO: Nos últimos anos, trabalhos de cunho historiográfico em torno de fontes e arquivos de arquitetura e urbanismo, assim como iniciativas institucionais e particulares ligadas a questões de preservação, vêm contribuindo para a consolidação de uma agenda coletiva em torno do valor histórico desses acervos no Brasil. Os debates giram em torno de seu papel no interior de instituições culturais, acadêmicas e profissionais, e de sua relevância para a formação, a memória e a prática em arquitetura e urbanismo. Nossa intenção aqui é justamente discutir o papel, a agência e as potencialidades desses acervos de arquitetura nas atividades de ensino e pesquisa na área. Inicialmente, apresentamos um quadro geral de alguns acervos de arquitetura no Brasil e suas relações institucionais e com experiências de ensino específicas. Em seguida, refletimos sobre usos pedagógicos recentes desses acervos, destacando algumas experiências didáticas nacionais e estrangeiras. Por fim, discutimos a importância dos acervos especializados para a pesquisa na área, seus significados, possibilidades e dilemas contemporâneos. Desse modo, pretendemos contribuir para a definição de estratégias ligadas à constituição, à preservação e ao uso de acervos de arquitetura e urbanismo no interior de instituições acadêmicas no país.

PALAVRAS-CHAVE: História da Arquitetura. Historiografia. Acervos. Ensino. Pesquisa.

ABSTRACT: In recent years, historiographical works on architectural and planning sources or archives, as well as institutional or private initiatives aimed at preservation issues, have helped to consolidate a collective agenda around the historical value of these collections in Brazil. Debates revolve around their role within cultural, academic, and professional institutions, and their relevance to education, memory, and practice in architecture and urbanism. This article aims to speculate about the roles, agencies, powers, and limits of architectural collections in contemporary teaching and research practices. To this end, it first presents an outlook of architectural collections in Brazil and their relations with different academic institutions. Then, the text will comment on recent pedagogical uses of architectural and planning collections, highlighting some teaching experiences in both the national and international context. Finally, it discusses the importance of specialized collections to research in the field of architecture and urban planning, as well as their contemporary meanings, possibilities, and dilemmas. This study is expected to contribute to the definition of strategies on the constitution, preservation, and use of architectural and planning collections within academic institutions in Brazil.

KEYWORDS: Architectural History. Historiography. Collections. Teaching. Research.

A EMERGÊNCIA DE UM DEBATE

Em setembro de 2020 o debate em torno da doação do acervo do escritório do arquiteto Paulo Mendes da Rocha para uma instituição portuguesa tomou dimensões sem precedentes no Brasil. Com a notícia, pesquisadores e críticos especializados, arquitetos projetistas, profissionais da área patrimonial e museológica, estudantes de arquitetura e urbanismo, artistas e intelectuais vieram a público para defender ideias diversas. Para alguns, a liberdade individual dos arquitetos, e especialmente do arquiteto consagrado, na destinação de seus acervos profissionais era inviolável; para outros, o estatuto coletivo do trabalho arquitetônico e a relevância cultural das obras recomendava que se levasse em conta a acessibilidade desses acervos à comunidade brasileira de pesquisadores, profissionais e curadores. Entre os argumentos utilizados na celeuma, discutiu-se a capacidade das instituições públicas nacionais de preservarem bens dessa natureza; a competência de instituições privadas ou estrangeiras no setor; a conversão dos desenhos e acervos de arquitetos em capital simbólico e político no mercado internacional; o desmonte das políticas culturais no país em curso; o maior ou menor comprometimento dos arquitetos com o adensamento cultural, científico e profissional do campo; a importância da pesquisa em história da arquitetura entre nós; e a relevância acadêmica e patrimonial de fontes primárias ou de suas cópias digitais.⁵ Mas, se as controvérsias revelaram enorme interesse pelo assunto, elas também exibiram o grande desentendimento e mesmo certo desconhecimento no meio sobre as reais condições, usos, interesses e realizações a respeito dos acervos de arquitetura. Especialmente para a pesquisa e o ensino, foco deste artigo.

5. Entre os diferentes posicionamentos, cf. Molinero (2020), Lira (2020), Molinero (2020), Segawa (2020), Um abraço... (2020) e Wisnik (2020).

6. Cf. Poulot (2009).

MATRIZES BRASILEIRAS

Por mais estável que seja a arquitetura no tempo e no espaço, desde o século XIX, vem avançando a consciência do papel dos registros de sua produção em meio aos processos radicais de transformação do ambiente construído e à emergência de preocupações de ordem arqueológica, patrimonial e historiográfica com a memória e a preservação do ambiente construído.⁶ No Brasil, desde os anos 1930 pelo menos, esforços de levantamento, reconstituição e análise visando a preservação e o restauro de bens arquitetônicos talvez tenham representado um dos primeiros momentos de aproximação sistemática dos arquitetos ao universo das fontes primárias. Tratava-se de embasar decisões e ações sobre objetos de salvaguarda em testemunhos

7. Cf. Chuva (2009), Pessoa (1999) e Motta e Silva (1998).

8. Cf. Costa (2015).

9. Cf. Sanches (2005).

10. Cf. Sodré (2010).

diversos, recolhidos em velhos inventários, provisões, relatórios, cartas, publicações e outros papéis acumulados em arquivos eclesiásticos, oficiais ou privados.⁷

Nesse sentido, o trabalho de preservação não somente estabeleceu o ir e vir entre arquivos e obras – ou o que deles houvesse restado – como procedimento obrigatório à análise histórica e construtiva dos bens, mas constituiu ele mesmo seus próprios acervos;⁸ conjuntos organizados de fontes; registros de campo; levantamentos gráficos, fotográficos, fotogramétricos e estratigráficos; inventários; pareceres técnicos; projetos; planos etc., no que se incluiria também toda uma nova literatura técnica de apoio – livros, plaquetes, revistas, guias e catálogos de fontes, a exemplo daqueles produzidos pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) – que por muitos anos compôs o grosso da bibliografia disponível sobre a história da arquitetura no país. Naturalmente, às contribuições nessa direção – de arquitetos como Lucio Costa, José de Souza Reis, Luís Saia, Carlos Leão, Alcides Rocha Miranda ou Paulo Thedim Barreto – e às produzidas por intelectuais e profissionais de outras áreas – como Rodrigo Melo Franco de Andrade, Mário de Andrade, Gilberto Freyre e tantos outros –, viriam se somar ao longo das décadas trabalhos produzidos por autores estrangeiros influentes no país, como os historiadores da arte Robert Smith, Germain Bazin e Yves Bruand. Nesse campo, o lento estabelecimento de novos padrões teórico-metodológicos em historiografia, estética, filologia, paleografia, arquivística e preservação daria a esses conjuntos documentais um estatuto propriamente arquitetônico.

A bem da verdade, esforços documentais e interpretativos em arquitetura começaram a florescer nos espaços de formação profissional no país desde as primeiras décadas do século XX, com Ernesto da Cunha de Araújo Vianna, José Mariano Filho ou Adolfo Morales de Los Rios, na Escola Nacional de Belas Artes, ou com Ricardo Severo, Alexandre Albuquerque e José Wasth Rodrigues, em São Paulo. Mas eles só viriam a se consolidar a partir dos anos 1940 e 1950, com as demandas didáticas abertas pela introdução, com base no currículo fixado pela Faculdade Nacional de Arquitetura, da cadeira de “Arquitetura no Brasil”⁹ junto aos primeiros cursos independentes de arquitetura do país. A cadeira ainda era amplamente carente de recursos didáticos, sendo notável verificar, além do recurso a visitas e viagens a sítios exemplares, especialmente no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco – onde se localizavam os primeiros cursos de arquitetura¹⁰ – um esforço de construção de materiais de apoio, como livros, apostilas, coleções de fotografias, slides, restituições gráficas e mesmo algumas das primeiras compilações de desenhos originais.

Nesse novo espaço curricular, é reveladora a participação de professores muito ligados aos órgãos de patrimônio, como Paulo Santos, Sylvio de Vasconcellos,

Lucas Mayerhofer, Ayrton Carvalho e Godofredo Filho, ou de seus alunos e leitores, como Augusto da Silva Telles, Flávio Motta, Benedito Lima de Toledo, Carlos Lemos, Júlio Curtis, Dora e Pedro Alcântara, Alfredo Britto, Paulo Ormino de Azevedo, Geraldo Gomes da Silva, José Luiz da Mota Menezes, Günter Weimer, Jussara Derenji ou Liberal de Castro. De fato, essas novas gerações de historiadores da arquitetura foram estimuladas pela consolidação do sistema de universidades no país, pelo surgimento, a partir dos anos 1960, de iniciativas de ensino de pós-graduação em arquitetura, planejamento e patrimônio, assim como pela formação das primeiras agências de fomento à pesquisa. Isso repercutiria, ao longo dos anos, na conformação de um corpus propriamente acadêmico de trabalhos em história daquilo que, por muito tempo, continuaria a ser compreendido como “arquitetura brasileira”.

Já nesse período, surgiu um cuidado maior com a precisão documental, presente na germinação das primeiras coleções universitárias de desenhos, fotografias e mapas, como a da Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais (EA-UMG), junto à Seção de Pesquisa e ao Serviço de Foto-documentação criados por Sylvio de Vasconcellos em 1954, hoje compostos por cerca de 50 mil negativos, principalmente de objetos arquitetônicos e artísticos brasileiros, especialmente mineiros. Além disso, há variadas iniciativas editoriais provenientes das instituições de ensino: da própria EA-UMG, que entre os anos 1950 e 1960 publicou vários dos livros dos professores Vasconcellos e João Boltshauser;¹¹ ou do Grêmio estudantil da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e seu Centro de Estudos Folclóricos, assim como o chamado *Museum* da escola; além de séries editoriais, periódicos e apostilas.¹²

Também são desses anos iniciativas que antecipariam a publicação dos primeiros manuais históricos de longa duração, como os dos professores Paulo Santos,¹³ da Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA), e Nestor Goulart Reis Filho,¹⁴ da FAU-USP, sobre evolução urbana e da arquitetura, além de outros trabalhos docentes de cunho monográfico ou de compilação de fontes. Entre os grandes feitos do período, a propósito, inclusive do ponto de vista da composição de acervos, esteve a confecção de glossários e dicionários, como o *Vocabulário arquitetônico*, de Vasconcellos,¹⁵ ou o *Dicionário da arquitetura brasileira*, de Eduardo Corona e Carlos Lemos,¹⁶ professores do Departamento de História da FAU-USP, reunindo verbetes por eles publicados desde 1957.¹⁷

Esse processo não parou de se ampliar, sobretudo a partir dos anos 1970 e 1980, com a consolidação dos espaços de pesquisa em algumas instituições de ensino e dos primeiros programas de mestrado e doutorado em arquitetura e urbanismo do país. Mas também em função da consolidação dos primeiros grandes acervos históricos no interior das próprias faculdades de arquitetura. Um dos exemplos

11. Cf. Castriota (2013).

12. Cf. Sodré (2010) e De-decca e Sodré (2012).

13. Santos (1951, 1966).

14. Reis Filho (1968, 1973).

15. Vasconcelos (1961).

16. Corona e Lemos (1972).

17. Coleções etimológicas preciosas do vocabulário de arquitetura, passado e presente, em uso e em desuso, garimpados em todo o país e na lusofonia, junto a velhos documentos e arquivos, a antigos dicionários, registros administrativos, literários, eruditos, e mesmo da fala popular.

pioneiros é justamente o da FAU-USP, institucionalizado nos anos 1970 enquanto Setor de Projetos da Biblioteca – com a incorporação de partes expressivas dos projetos de Ramos de Azevedo, Severo & Villares; Victor Dubugras; e Samuel e Christiano das Neves –, cuja origem remonta aos anos 1960, com a criação do acervo de fotografias, diapositivos, filmes, microfilmes e fitas sonoras. Hoje denominado Seção Técnica de Materiais Iconográficos, o acervo contém 46 coleções, principalmente de profissionais paulistas, como Gregori Warchavchik, Rino Levi, Vilanova Artigas, Rosa Kliass ou Eduardo de Almeida, compreendendo cerca de 400 mil desenhos originais, 100 mil fotografias e vasta documentação complementar.

Outro exemplo é o Núcleo de Pesquisa e Documentação (NPD) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU-UFRJ), idealizado por Jorge Czajkowski e Ulysses Burlamaqui durante a gestão deste na direção da escola e criado em 1982. Desativado por algum tempo, o núcleo foi reestruturado a partir de 2004 por Elizabete Martins. À semelhança da Seção Técnica de Materiais Iconográficos da FAU-USP, o NPD constituiu-se principalmente com base em doações de escritórios de arquitetura de diferentes gerações, em sua maioria formados no Rio – como Arquimedes Memória; Affonso Eduardo Reidy; os irmãos Roberto e Sérgio Bernardes; e Severiano Mário Porto –, e hoje contém mais de 200 mil itens. Esse processo vem se ampliando nas últimas décadas, com maior ou menor reconhecimento e investimento, junto aos mais diversos departamentos e faculdades de arquitetura, como na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na Universidade Federal da Bahia (UFBA), no Centro Universitário Ritter dos Reis, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), na Universidade de Brasília (UnB), na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) ou na Escola da Cidade.

Em todos eles, a atividade docente, sobretudo daqueles professores atuantes na área de teoria e história da arquitetura e urbanismo, foi decisiva em várias frentes: na intermediação de processos de doação de coleções particulares, na produção de conjuntos documentais originais, na doação de seus próprios acervos, no acompanhamento de trabalhos de inventário e catalogação, no desenvolvimento e orientação de pesquisas, ou na realização de atividades didáticas com foco ou suporte nos acervos de suas instituições.

Em sua gênese destacaram-se justamente os professores da cadeira de Arquitetura no Brasil: Sylvio de Vasconcellos, em Belo Horizonte, responsável pela mencionada coleção fotográfica da EA-UFGM; Carlos Gomes Cardim e Eduardo Kneese de Mello, ao lado de alguns de seus estudantes, como Gustavo Neves da Rocha e Antonio Carlos Alves de Carvalho, na FAU-USP, à frente de viagens didáticas e trabalhos de documentação de arquitetura colonial e moderna Brasil afora,¹⁸ e logo depois Eduardo Corona, Carlos Lemos e Benedito Lima de Toledo;

Augusto da Silva Telles e Alfredo Britto, na FAU-UFRJ – este último, aliás, compôs, com auxílio de colegas e alunos, dois extensos inventários da produção de arquitetura moderna no Rio de Janeiro e da produção oficial de habitação popular no Brasil –;¹⁹ ou, mais tarde, no curso de arquitetura da UFPE, Geraldo Gomes, que, a partir do final dos anos 1970, no interior da disciplina, desenvolveu com os alunos os primeiros inventários de arquitetura moderna em Pernambuco.

É importante frisar a amplitude e variedade dessas primeiras iniciativas de composição de acervos, na forma de inventários, bibliografias especializadas, catálogos ou dicionários e, mais especificamente, coleções iconográficas. Mas também se deve ressaltar sua frequente vulnerabilidade em termos materiais e metodológicos e suas limitações, por exemplo, para ultrapassar o registro patrimonial (local ou nacional), a produção consagrada ou autoral e mesmo as fronteiras fixadas para a disciplina, inicialmente pouco atenta, por exemplo, à história urbanística, à produção vernacular ou à história da construção, dos ofícios à engenharia e ao design industrial. Seja como for, é com base nesse legado que hoje podemos avaliar e atualizar nossos acervos.

Partindo de uma experiência didática recente, realizada junto a uma disciplina optativa do curso de graduação em arquitetura e urbanismo da FAU-USP, propomos aqui discutir o lugar desses acervos de arquitetura e urbanismo, especialmente os universitários, constituídos ou potenciais, em seus variados suportes, materiais e imateriais, e em suas distintas possibilidades formativas. Nosso intuito é pensar criticamente os acúmulos e impasses, possibilidades e riscos que eles atravessam no momento, de modo a subsidiar uma reflexão acerca das relações entre acervos históricos e horizontes futuros do ensino e da pesquisa em arquitetura e urbanismo.

UM EXPERIMENTO DIDÁTICO

Em 2019, a disciplina optativa AUH 539, “Historiografia da arquitetura e projeto social”, do curso de graduação em arquitetura e urbanismo da FAU-USP, foi adaptada pelo professor José Lira, um dos quatro autores deste artigo, para contemplar, ao lado do conteúdo recorrente, centrado na historiografia da arquitetura moderna, brasileira e internacional, um trabalho prático em torno das coleções de escritórios de arquitetura sob guarda da instituição. Contando com o apoio dos monitores Bruno Schiavo, João Fiammenghi, Felipe Gonçalves e Victor Próspero, propunha-se não somente viabilizar o contato dos estudantes com grandes coordenadas teóricas e interpretativas de alguns dos principais autores e livros de história da arquitetura do

século XX, mas também permitir-lhes um exercício de aproximação a técnicas, fontes e instrumentos de pesquisa especializada apoiado inclusive em um ciclo de discussões com jovens pesquisadores brasileiros sobre suas experiências na área.

O exercício iniciou-se pela eleição, por parte dos alunos, de uma das coleções profissionais disponíveis na Seção Técnica de Materiais Iconográficos da Biblioteca da FAU-USP. A escolha considerou aquelas que, segundo os critérios da seção, estavam em fase preliminar de catalogação ou haviam sido apenas recentemente incorporadas. Em uma primeira etapa, os alunos se detiveram na elaboração de uma sùmula biográfica do arquiteto focalizado, o que lhes permitiu situar melhor o conteúdo do acervo na trajetória profissional, intelectual e acadêmica correspondente. Num segundo momento, contando também com a orientação das bibliotecárias da FAU-USP, o foco se voltou à produção de dossiês bibliográficos, que lhes possibilitaram realizar um levantamento abrangente da bibliografia ativa e passiva disponível dos/sobre os titulares dos acervos, incluindo depoimentos e entrevistas, assim como projetos de sua autoria publicados em periódicos. A terceira etapa do trabalho foi dedicada às próprias coleções em exame (Figura 1).



Figura 1 – Apresentação de desenhos e outros materiais profissionais de arquitetos e formas de tratamento e consulta de coleções dessa natureza aos alunos da disciplina AUH 539, na Seção Técnica de Materiais Iconográficos da Biblioteca da FAU-USP, 2019. Foto: José Lira.

Partindo de uma apresentação dos responsáveis pela seção acerca do alcance, heterogeneidade, formas de processamento e cuidados com a preservação do acervo como um todo, nessa última etapa os alunos tiveram a oportunidade de se debruçar sobre o material primário eleito, principalmente por meio de cópias heliográficas e digitais, mas também, excepcionalmente, de desenhos originais, além de toda a documentação relativa à sua doação ou à sua catalogação preliminar. O objetivo foi precisamente produzir descrições panorâmicas das principais características da coleção, compreendendo as diferentes encomendas do arquiteto, programas e tipologias, a distribuição cronológica dos projetos e o estado geral de conservação do conjunto, bem como sistematizar essas informações em tabelas.²⁰ Em todas as etapas, dos levantamentos e definição de matrizes comuns de conteúdos à redação final, o trabalho foi construído e acompanhado no interior da disciplina. Em face da qualidade dos produtos e do interesse público do acervo, foi também incluída no exercício a disponibilização dos resultados, com vistas à sua difusão em outros centros de pesquisa e documentação, na forma de pequenos guias das coleções trabalhadas, impressos pela Seção Técnica de Produção Editorial da FAU-USP (Figura 2).²¹



Figura 2 – Guias de coleções de arquitetos sob guarda da Biblioteca desenvolvidas pelos alunos da disciplina AUH 539 e impressos pelo LPG-FAU-USP ao longo de 2019. Foto: José Lira.

20. A descrição da coleção expõe sua origem, o total de entradas, sua abrangência temporal e conta com material paralelo, além de uma sistematização das entradas da coleção em uma matriz década/programa. As tabelas foram organizadas a partir de dados básicos de cada entrada fornecidos pela Seção Técnica de Materiais Iconográficos, agrupando os projetos em cinco categorias programáticas gerais (arquitetura; estruturas e construção civil; design; planejamento e regional; paisagismo), com suas inúmeras subdivisões, que variavam caso a caso. Cada acervo demandava diferentes grupos de subdivisões por programa. Por exemplo, na coleção Rosa Kliass, dentro da categoria “paisagismo” foram separadas as entradas de projetos em subdivisões específicas como: jardins privados (residências) e jardins privados (apartamentos), ou ainda jardins públicos (viários) e jardins públicos (institucionais). Por outro lado, coleções em que a produção projetual de edifícios é maior (categoria “arquitetura”), as entradas foram subdivididas, por exemplo, desde “clubes, colônias de férias e balneários” até “edifícios educacionais”, “residências”, “reformas” e “edifícios de apartamentos”.

21. Os guias, de aproximadamente trinta páginas, impressos em tiragem limitada, compõem-se das três partes do exercício: sùmula biográfica do arquiteto, descrição da coleção e bibliografia de referência. No primeiro semestre de 2019, foram impressos oito guias, detendo-se sobre as coleções de Elisiário Bahiana, Rosa Kliass, Marcelo Fragelli, David Libeskind, Ícaro de Castro Mello, João Walter Toscano, Waldemar Cordeiro, e Roberto Tibau. A eles se somaram no semestre os guias das coleções de Victor

Dubugras, Oswaldo Bratke, Jacques Pilon, Telésforo Cristófani, Philipp Lohbauer, Julio Katinsky, Rodrigo Lefèvre e Eduardo de Almeida.

22. Na FAU-USP, são as disciplinas: “História e teorias da arquitetura” III (AUH 154) e “Fundamentos sociais da arquitetura e do urbanismo” (AUH 516), ministradas, pelas professoras Joana Mello, Maria Lucia Bressan Pinheiro, Ana Lanna e Maria Lucia Gitahy e pelos professores Luiz Recamán e Paulo César Xavier no primeiro semestre letivo de 2015, por meio de exercícios de aproximação discente à documentação, o que também tem se mostrado bastante fecundo em disciplinas relacionadas à preservação do patrimônio edificado, como aquelas ministradas pelas professoras Beatriz Kühl e Fernanda Fernandes em “Técnicas retrospectivas” (AUH 412) ou nas optativas “Conservação e restauração do patrimônio arquitetônico” (AUH 127) e “Subsídios investigativos e projetuais para a preservação do patrimônio edificado” (1601105) – esta última uma disciplina interdepartamental, que trata com mais ênfase os edifícios da própria FAU-USP –, para as quais o acesso aos projetos que deram origem às obras também se mostra uma etapa fundamental. Na FAU-UFRJ, consta a ementa da disciplina optativa “Documentação arquitetônica” (FAH 605).

A experiência empolgou os estudantes, assim como as equipes de funcionários que colaboraram com a iniciativa, permitindo uma prática didática afinada com o universo de atividades, materiais e instrumentos de pesquisa e extroversão do conhecimento acadêmico. Além das potenciais contribuições à preservação desse rico acervo patrimonial, pleno de possibilidades históricas, críticas e pedagógicas, a iniciativa evidenciou a produtividade, em múltiplos sentidos, de acervos dessa natureza em instituições de ensino e pesquisa de arquitetura, urbanismo e design. Se o caso demonstra a possibilidade de aprendizado prático junto a fontes primárias, a riqueza dos materiais de diferentes épocas – atendendo a variados cenários de encomenda, modalidades de atuação profissional, processos internos de elaboração projetual, diversas técnicas construtivas e de representação gráfica, e outras informações – revela potenciais ainda maiores de apropriação desses materiais, não só no ensino e na pesquisa em história, mas também em conservação e restauro e em projeto de edificações, planejamento urbano, paisagismo, design, tecnologias construtivas, representação gráfica e linguagens visuais.

ACERVOS COMO ESPAÇO DE ENSINO

Além do contato dos alunos com o universo documental, as características e a abrangência cronológica do acervo mostram-se especialmente relevantes para o estudo do processo de modernização da cidade de São Paulo. Iniciativas de apropriação didática do acervo da FAU-USP vêm sendo empreendidas em outras disciplinas, principalmente de história da arquitetura e preservação do patrimônio edificado. No curso de graduação em arquitetura e urbanismo da FAU-UFRJ, por exemplo, há também uma disciplina dedicada ao treinamento no manejo de fontes, na realização de levantamentos de campo e em técnicas de catalogação e inventário.²²

Mas, se no Brasil são ainda discretas e intermitentes as iniciativas didáticas nesse sentido, fora do país elas vêm se multiplicando e assumindo perfis muito variados, em paralelo à valorização dos próprios acervos universitários de arquitetura, especialmente em disciplinas nas áreas de história, historiografia, crítica e práticas curatoriais. Um exemplo são aquelas ministradas pelo professor Patricio Del Real no Departamento de História da Arte e da Arquitetura da Universidade Harvard, às vezes em cooperação com outras universidades, como a Pontifícia Universidade Católica do Chile (PUC-Chile) e a Universidade

Nacional Autônoma do México (Unam), nas quais os alunos são incentivados a explorar a coleção do Museu Fogg, de Harvard, visando ora a idealização de exposições, ora a reflexão sobre a composição dos acervos de arquitetura em outros museus de arte – especialmente na América Latina –, suas políticas de aquisição e estratégias curatoriais.²³

Na Alemanha, disciplinas igualmente centradas em usos curatoriais e museológicos de acervos de arquitetura também são recorrentes. Na Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Munique (TUM), experiências didáticas vêm sendo empreendidas em torno dos acervos sob guarda do Museu de Arquitetura da universidade.²⁴ É o caso da cátedra de História de Arquitetura e Prática Curatorial, sob responsabilidade do professor Andres Lepik, que desde 2016 oferece a disciplina “Collecting, documenting and presenting architecture”, na qual os alunos de *master* são introduzidos à pesquisa em arquivos de arquitetura; às práticas de manuseio, inventário e digitalização de documentos; e à consolidação de bancos de imagens. Além disso, com o apoio do corpo técnico do museu, trabalhos individuais são desenvolvidos em torno de um eixo temático semestral – determinada tipologia de edifícios, um período histórico ou a coleção de um arquiteto específico.²⁵

Outra experiência recorrente, mais diretamente relacionada à formação em arquitetura, é aquela desenvolvida pelo professor Reinhold Martin na disciplina “Architectural visualization since 1900”, regularmente ministrada na Graduate School of Architecture, Planning and Preservation (GSAPP), da Universidade Columbia, em Nova York. A proposta é introduzir os estudantes a episódios-chave da história da representação arquitetônica, especialmente constituídos ao redor de problemas, práticas e conceitos postos pelo modernismo internacional, tomando-se como base um número reduzido de objetos visuais (desenhos, modelos e fotografias) contidos na Avery Library Drawings and Archives Collection, dessa universidade.²⁶

Vale notar que esses usos didáticos dos acervos, como tantos outros, não se restringem às disciplinas de história, historiografia e práticas curatoriais, sendo utilizados também em experimentos docentes no ensino de projeto. Na mesma GSAPP, por exemplo, uma disciplina obrigatória, “Core studio II”, do programa de mestrado, sob responsabilidade da professora Mimi Hoang, sistematicamente recorre à Avery Library em sua dinâmica de trabalho. Parece ter sido fascinante, por exemplo, a experiência realizada sobre a representação em corte como procedimento de desenho: trabalhando com a coleção de desenhos e livros raros da biblioteca, a professora, instrutores, bibliotecários e arquivistas selecionaram um conjunto expressivo de materiais para ilustrar e discutir distintas maneiras históricas de operar com o corte na arquitetura, seja para comunicar informações de projeto

23. Ementa da disciplina Architecture and the “Museum” (HAA 178N); 2021 Spring; Department of History of Art and Architecture, Harvard University.

24. O acervo do Architektur-museum der TUM é um dos maiores da Alemanha, contando com aproximadamente 500 mil desenhos e 200 mil fotografias, além de maquetes e outros documentos, cobrindo do século XVI até os dias de hoje. Desde 2009 o arquivo vem sendo digitalizado e hoje cerca de 58 mil documentos já estão digitalizados. Disponível em: <<https://mediatum.ub.tum.de/?id=647610>>. Acesso em: 25 out. 2020.

25. A partir de depoimento por e-mail aos autores de Anja Schmidt, docente responsável pela disciplina “Collecting, documenting and presenting architecture”.

26. Ementa da disciplina Architectural Visualization since 1900 (ARCHA4326); 2019 Spring; GSAPP, Columbia University.

27. Segundo Teresa Harris, responsável pelo acervo de livros raros da Avery Library, em depoimento aos autores por e-mail, essa aula é ministrada no início do curso de *master* em arquitetura, com o suporte de vários instrutores para a turma da disciplina de estudo em questão, a qual geralmente chega a ter cerca de noventa alunos (dividida em grupos de quinze a vinte). Os bibliotecários e arquivistas ministram a aula com a contribuição dos instrutores do estúdio de projeto. Por razões de segurança, dada a quantidade de pessoas, os alunos apenas visualizam os documentos originais, não sendo permitido seu manuseio. Outros exemplos de atividades realizadas na GSAPP que incluem sua relação com Avery Library Drawings and Archives Collection são o programa Avery Drawings & Archives Internship, em que alunos da escola recebem uma bolsa para contribuir com a catalogação dos acervos; e a curadoria e exposição de objetos, frequentemente expostos na Arthur Ross Architecture Gallery. Cabe notar também que a política de disponibilização de imagens da Avery ainda não digitalizadas é bastante cara, de cinquenta a quatrocentos dólares por imagem, para interessados que não tenham acesso. Disponível em: <<https://bit.ly/3urCVdj>>. Acesso em: 30 dez. 2020.

28. Cf. Wright e Parks (1990).

29. Cf. Carpo (2001).

– implantação, estrutura, altimetria –, seja para evidenciar a sua importância em determinado método de projeção.²⁷

Esses acervos também parecem iluminar aspectos mais gerais da história da educação dos arquitetos e urbanistas no interior das instituições que os conservam, pois, vistas em conjunto, as coleções constituídas no interior das escolas convocam a uma tomada de consciência de suas práticas, cânones e acúmulos passados no campo do ensino e dos debates possíveis entre a história da produção e a história de seus paradigmas pedagógicos, disciplinares e profissionais, em um momento específico da formação do arquiteto.

É o que propôs a exposição *The History of History in American Schools of Architecture, 1865-1975*, organizada por Gwendolyn Wright e Janet Parks no interior do Buell Center, da Universidade Columbia, em 1990.²⁸ Nela, com base sobretudo no acervo da Avery Library, imagens de 110 anos de experiências pedagógicas nos Estados Unidos foram reunidas como subsídio ao reconhecimento de distintos modos especializados de fazer, olhar e representar a arquitetura, situando historicamente distintas tradições de ensino em universidades norte-americanas. Ao tomar as próprias coleções na confluência de interesses históricos nascidos em estúdios, salas de aula e laboratórios de pesquisa, pensava-se seu papel como lugar de transações inequívocas entre memória e invenção, projeto e história, fundamentais na formação do arquiteto.

ACERVOS COMO ESPAÇO DE PESQUISA

Há séculos, documentos hoje tomados como de arquitetura e urbanismo integram coleções de distintas instituições: museus; bibliotecas; arquivos históricos, de obras públicas ou de outras repartições oficiais de administração, militares, eclesiásticos, de empresas e de profissionais; coleções particulares e de sociedades profissionais, assim como de universidades e outras instituições de ensino. De fato, desde o Renascimento, e especialmente a partir dos séculos XVII e XVIII na Europa, academias de belas-artes ou de arquitetura vinham constituindo suas próprias coleções de antiguidades, modelos e detalhes ornamentais, por vezes chamadas de museus, que eram diretamente utilizadas no ensino de composição.²⁹ Nos Estados Unidos, com o surgimento dos primeiros cursos de arquitetura, no século XIX, frequentemente realizavam-se expedições pela Europa para montar coleções de livros e materiais didáticos para esses cursos. Foi o caso do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), que em 1865 enviou ao continente William

Ware, primeiro diretor de seu curso de arquitetura, para recolher aquilo que viria a ser a base de sua biblioteca, incluindo expressivo acervo de fotografias, slides de vidro, desenhos, cópias, vistas estereoscópicas, moldes de gesso etc.³⁰ Em 1912, também a viagem de dois anos de James Sturgis Pray, professor de paisagismo em Harvard, a diversos países da Europa, resultou em uma imensa coleção de documentos e ilustrações.³¹

Os exemplos são múltiplos, variando ao longo das décadas, mas o fato é que apenas a partir dos anos 1970 a vocação colecionística, e mesmo arquivística da arquitetura, ganharia impulso, ultrapassando tanto o caráter operativo de boa parte das primeiras coleções, como motivações ocasionais, secundárias ou puramente administrativas em sua gênese. Desde então, diferentes museus de arte, centros culturais e de pesquisa pelo mundo passaram a estabelecer ou ampliar significativamente seus acervos de documentos de arquitetura, ao mesmo tempo que instituições neles especializadas começaram a brotar em distintos países do mundo. Reunidos sobretudo por meio da doação ou aquisição de itens isolados ou espólios profissionais inteiros de arquitetos, tais acervos começaram a ganhar autonomia em relação a outros conjuntos documentais, bem como aos estúdios e salas de aula.

Como notou Jordan Kauffman,³² esse movimento está associado, de um lado, ao deslocamento em direção à imagem na cultura disciplinar e à criação de um mercado próprio, até então inexpressivo, para desenhos de arquitetura. Vistos como objetos artísticos autônomos, dissociados das edificações construídas a que se referiam, os desenhos de arquitetura passaram a integrar um sistema comercial complexo – incluindo colecionadores, galerias especializadas, *marchands*, editores e curadores –, que a partir dos anos 1990 viria a se associar diretamente à globalização do mercado de encomendas, prestígio e visibilidade profissionais. De outro lado, a tendência corresponde a um momento patente de intelectualização da disciplina, constituição de nichos especializados de conhecimento, valorização da memória profissional e profissionalização da pesquisa histórica em arquitetura, no qual um circuito acadêmico e cultural específico também ganhou importância.³³

São exemplares dessas duas circunstâncias: a ampliação, a partir dos anos 1970, dos acervos de arquitetura do Museu de Arte Moderna de Nova York, cujo departamento de arquitetura e design remonta a 1932; o surgimento, nos anos 1990, da coleção de arquitetura do Centro Pompidou, em Paris, inaugurado em 1977; a criação, em 1968, dos Archives d'Architecture Moderne, em Bruxelas e, em Montreal, do Centre Canadien d'Architecture (CCA), em 1979; a inauguração do Deutsches Architekturmuseum, em Frankfurt em 1984; as coleções de arquitetura e design do The Getty Research Institute, fundado em 1985 na Califórnia, do

30. Beasley (2012, p. 358).

31. Alofsin (2002, p. 44).

32. Kauffman (2018).

33. Cf. Cohen (1984, 2011).

Centre d'Archives d'Architecture du XXe Siècle, de Paris, fundado em 1986, do Netherlands Architecture Institute, fundado em 1988 e incorporado ao Het Nieuwe Instituut, de Rotterdam, em 2013, e do Centro de Documentação de Arquitetura Latino-americana, o Cedodal, estabelecido em Buenos Aires em 1995.

Muitos são, também, os arquivos profissionais que sediaram projetos de preservação mais e menos cuidadosos, alguns, inclusive, em torno de institutos e fundações criados ao redor da obra de determinado arquiteto, por vezes se destacando por seu legado ou serviços documentais ou por suas iniciativas de preservação. Trata-se de instituições de renome internacional, como a Fundação Le Corbusier, em Paris, ou a Fundação Alvar Aalto, em Helsinki, ou menos conhecidas, como a Fundação Cravotto, em Montevideu, o Acervo Fábio Penteado, em São Paulo, e a Fundação João Filgueiras Lima, a ser instalada em sua residência em Brasília, ou a Barragan Foundation, na Suíça. É também o caso, no Brasil, da Fundação Niemeyer, da Casa Lucio Costa, da Fundação Vilanova Artigas e do Instituto Bardi. Este último, aliás, criado em 1990, hoje se distingue dos demais por ter um projeto integral de preservação, não só do arquivo profissional da arquiteta Lina Bo Bardi – e do crítico de arte Pietro Maria Bardi –, mas também da biblioteca, do acervo museológico e da própria residência do casal, que hoje o abriga.

Além da consolidação de sua posição de ativos culturais em meio à economia simbólica contemporânea, esses e outros conjuntos documentais, abrigados em museus, arquivos, fundações e institutos de pesquisa, aprofundaram ainda mais o seu lugar como polos de atração de pesquisadores em história da arquitetura e da cidade. Em paralelo, distintas universidades também viriam a se afirmar como espaços privilegiados de guarda de acervos, investindo em sua preservação, expansão e desenvolvimento de instrumentos de pesquisa e difusão, como catálogos, bancos de dados, impressos, exposições e digitalização. Foi o caso, inclusive, de coleções acadêmicas tradicionais, como as de importantes instituições de ensino – como a da Escola Técnica Superior de Arquitetura de Barcelona (ETSAB), iniciada com a reunião de trabalhos de graduação de seus alunos que hoje detém um conjunto importante de desenhos de Gaudí e seus colaboradores –, que se firmaram não só como espaços de referência ao ensino, mas como centros fundamentais de pesquisa em história da arquitetura.

Esse é o caso da Biblioteca Avery, da Universidade Columbia, nos Estados Unidos, que, além do mais extenso catálogo de periódicos do mundo, o Avery Index, reúne novecentas coleções especiais, incluindo cerca de 2 milhões de desenhos de arquitetura, fotografias, manuscritos, documentos empresariais etc., de 1871 a 2013. A atual composição do acervo de arquitetura de Harvard também é emblemática da tendência desses acervos de transcender um papel

inicialmente didático em favor de compromissos cada vez mais focados na pesquisa avançada. Além de abrangentes coleções de desenhos, o acervo inclui arquivos pessoais de teóricos e historiadores, séries pontuais de palestras, exposições, álbuns fotográficos, entre outros conjuntos documentais. Essa tendência revela não apenas o deslizamento gradual desses acervos da lógica tradicional das coleções de riscos e modelos para objetivos culturais e historiográficos alheios à prática da composição ou do restauro, mas também a passagem de registros internos às instituições para coleções cada vez mais ambiciosas em termos geográficos, temáticos e materiais.

Esses novos horizontes de funcionamento dos acervos de arquitetura parecem se generalizar a partir da segunda metade do século XX, com o estabelecimento de condições para o surgimento de novos polos de pesquisa acadêmica. Esse foi o caso, por exemplo, do Instituto de Arte Americano (IAA), criado em 1947 na então Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Buenos Aires (FAU-UBA) – hoje Faculdade de Arquitetura, Desenho e Urbanismo (Fadu) –, que reuniu um conjunto importante de historiadores e arquitetos em torno de um dos primeiros acervos de projetos de arquitetura da América Latina;³⁴ do Instituto de História e Teoria da Arquitetura (GTA), estabelecido em 1967 junto ao Instituto Federal de Tecnologia (ETH) de Zurique, que, além dos itens de arquitetura, de Semper a Giedion e aos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, distingue-se pela guarda de importantes coleções de urbanismo e engenharia civil; ou ainda do acervo do Departamento de Projeto do Instituto Universitário de Arquitetura de Veneza (Iuav), que contém um amplo conjunto de arquivos, principalmente italianos, como os dos escritórios de Giuseppe Samonà, de Carlo Aymonino e de Giancarlo de Carlo.

É importante notar a predominância dos desenhos de arquitetura, ainda que muito variados, na maioria dessas coleções. Mesmo que por vezes venham incluindo fontes urbanísticas, paisagísticas, de design e engenharia, e, mais recentemente, também espólios intelectuais, acadêmicos e bibliográficos de historiadores, críticos e teóricos, tais acervos parecem autenticar-se sobretudo pela guarda de materiais relativos à prática liberal do desenho, da composição ou do projeto. O fato se explica por certo pela função de exemplaridade que tais coleções e objetos cumpriam na educação do arquiteto, mas também porque há séculos o desenho se afirma como o meio básico de invenção e comunicação da arquitetura. A despeito da evidente diversificação disciplinar e documental dos materiais que vêm sendo incorporados a esses acervos e das inquestionáveis transformações metodológicas e historiográficas das últimas décadas, cada vez mais apoiadas no jogo entre diferentes tipologias documentais, técnicas de

35. Mesmo na FAU-USP, uma instituição de ensino herdada da Escola Politécnica na qual a formação em urbanismo cedo se enraizou no currículo, há fundos importantes como os da empresa de planejamento Asplan S. A. e Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (Sagmacs), ou mesmo o do Centro de Estudos e Pesquisas Urbanísticas (CPEU), criado em 1957 por Anhaia Mello no interior da própria FAU, que permanecem fora da Seção de Materiais Iconográficos da biblioteca, o setor melhor capacitado para a preservação de acervos históricos na instituição. A situação do acervo de Joaquim Guedes também é reveladora a esse respeito. Os desenhos de edificações do arquiteto entram como parte das coleções de projeto da biblioteca, mas a vasta documentação voltada a diagnósticos para planos urbanos, estudos e relatórios, entre outros, cuidadosamente catalogados pelo Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (Labplan), integram um conjunto de fundos de ex-docentes da instituição, ainda pouco articulados às primeiras. É o que se depreende, por exemplo, de esforços de pesquisa como o de Rogério Quintanilha (2017), que buscou, por meio dos materiais de planejamento urbano de Guedes sobre Brasília, Porto Velho, Caraíva ou Barcarena, iluminar a abordagem multidisciplinar do arquiteto, algo apenas possível graças ao cruzamento do acervo de desenhos e fontes variadas de seu arquivo profissional e acadêmico.

36. Cf. Fernandes (2014).

análise e disciplinas, a preponderância dos desenhos de arquitetura ainda parece característica fundamental deles.

Há por certo limitações mais ou menos presentes nessa rede ampla e variada de instituições que se estruturou em torno das coleções de arquitetura. Nelas, por exemplo, é visível a tendência à guarda de materiais principalmente locais – suíços no GTA, italianos no Luav, cariocas no NPD-UFRJ, paulistas na FAU-USP, portenhos na Fadu-UBA –, assim como a menor presença de materiais ligados ao urbanismo e à produção de escritórios de engenharia ou de repartições públicas.³⁵ A tendência dessas instituições a privilegiar acervos de desenhos de arquitetura, e sobretudo de arquitetos atuantes nas cidades ou países onde elas estão sediadas, por certo oferece algumas vantagens a sua preservação, interpretação e usos, mas também pode impor obstáculos historiográficos consideráveis: predomínio de critérios geográficos na delimitação dos objetos ou de análises demasiado localistas; dificuldade de tecer leituras cruzadas ou comparadas com produções situadas em outros contextos; endosso a convenções de autoria individual ou de lugares-comuns e provincianismos interpretativos; ou a desatenção à mobilidade, às colaborações e aos diálogos profissionais assim como às transformações históricas do campo de atuação do arquiteto, para além da prática liberal do projeto.

Conjuntos documentais com grande potencial de pesquisa e elevado interesse não só para a historiografia contemporânea, mas também para o entendimento dos novos horizontes de profissionalização do arquiteto – como os de antigas repartições públicas, consultorias especializadas, construtoras ou outras empresas e instituições –, e mesmo produções conjuntas, anônimas ou de arquitetos tidos como figurantes, são muitas vezes negligenciados, desmontados ou dispersos. Há exceções, naturalmente, mas são raras e nem sempre encontram nas coleções universitárias especializadas um lugar receptivo a sua natureza frequentemente extra ou multidisciplinar. Uma iniciativa exemplar de valorização de acervos urbanísticos foi coordenada pela professora Ana Fernandes na Faculdade de Arquitetura da UFBA – não por acaso um centro de prestígio na historiografia do urbanismo –, onde um esforço coletivo envolvendo pesquisadores e servidores públicos viabilizou a recuperação, o acondicionamento e a disponibilização do acervo do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador (Epucs), responsável por serviços de planejamento, projetos e obras públicas na cidade entre 1942 e 1947, junto ao Arquivo Histórico Municipal (Figura 3).³⁶

Esse também é o caso do Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal, que hoje talvez acumule o mais rico acervo de memórias relacionadas à construção, ao uso e à gestão de Brasília e cidades-satélites. Incluindo depoimentos de antigos habitantes, candangos, trabalhadores anônimos, técnicos, protagonistas e outros personagens, esse acervo tem se mostrado extremamente importante para o redirecionamento da pesquisa em arquitetura rumo a objetos e abordagens até então negligenciados sobre a organização do canteiro de obras da cidade, a vida cotidiana, o trabalho em seu interior, a apropriação de seus espaços pela população, os espaços escolares etc. (Figura 4).³⁷ Testemunhos, pois, da produção pública ou da apropriação social do ambiente construído que infelizmente não vêm merecendo grande espaço nos acervos sob guarda das instituições de ensino e pesquisa de arquitetura e urbanismo.



Figura 4 – Atividades escolares no parque recreativo infantil em superquadra de Brasília (sem data).
Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. Foto: autoria desconhecida.

O DESAFIO DAS FONTES

O estatuto e o alcance dos acervos de arquitetura e urbanismo parecem ainda demandar uma reflexão mais generosa, levando em conta não somente as dimensões contemporâneas do campo disciplinar e profissional, mas a própria natureza e utilização das fontes documentais a seu respeito por parte da pesquisa histórica, teórica e prática na área. No dossiê “Fazer história: o estatuto das fontes e o lugar dos acervos nas pesquisas de história de arquitetura e da cidade no Brasil”, dos *Anais do Museu Paulista*, as professoras Ana Castro e Joana Mello de Carvalho e Silva,³⁸ da FAU-USP, recentemente reuniram uma série de trabalhos centrados justamente na relação entre problemas historiográficos e fontes documentais. Composto de distintas contribuições, o volume explorou, entre outras coisas, itens, conjuntos ou processos ainda pouco valorizados na gestão de acervos de arquitetura, como no caso do artigo de Amália dos Santos em torno das fontes cartográficas. Sobre o tipo de registro frequentemente encarado como evidência fidedigna, a autora enfatizou a necessidade

de considerar sua produção, inclusive em termos tecnológicos, cruzando-a com outros documentos ou níveis documentais, de forma a desvendar tramas mais densas de interesses – políticos, econômicos ou militares –, desde a solicitação e execução até suas formas de circulação, utilização e preservação.³⁹

A historiografia especializada contemporânea vem explorando a complexidade das fontes documentais de modo cada vez mais exigente, engenhoso e fecundo. É o que se vê por exemplo em trabalhos que mobilizam acervos para investigar a história das técnicas e dos sistemas construtivos a partir de imagens de obras em execução, revelando contradições de processos desde a fundação à ornamentação, como mostrou Raquel Schenkman⁴⁰ acerca do edifício Alexandre Mackenzie, da Light em São Paulo, executado pelo escritório Ramos de Azevedo (Figura 5). Outros exemplos são análises sistemáticas de correspondência e documentação administrativa de escritórios de arquitetura, como aquela realizada por Felipe Contier⁴¹ à procura dos vestígios das decisões de canteiro na história do edifício da FAU-USP, ou mesmo de materiais aparentemente menores, como carimbos de pranchas, assinaturas e cartões profissionais, naquilo que nos permite conhecer a estruturação das relações profissionais, dados biográficos e autonarrativas dos arquitetos, tal como revelado por Joana Mello de Carvalho Silva⁴² sobre o arquiteto Jacques Pilon. Esses são apenas alguns aspectos de pesquisas que recentemente se valeram dos acervos da FAU-USP.

39. Cf. Santos (2016).

40. Schenkman (2009).

41. Contier (2015).

42. Silva (2012).



Figura 5 – Imagem do canteiro de obras do edifício Alexandre Mackenzie, atual Shopping Light, São Paulo (1927-1928). Fonte: Acervo Ramos de Azevedo, Seção Técnica de Materiais Iconográficos da Biblioteca da FAU-USP.

A preservação das bibliotecas de arquitetos tem igualmente motivado boas reflexões e, desde pelo menos as últimas décadas do século XX, gerado frutos importantes para a história da arquitetura. A esse respeito, a pesquisadora Sarah McPhee⁴³ levantou questões básicas – muitas vezes negligenciadas – sobre o significado das bibliotecas montadas por arquitetos para a história da arquitetura: quando arquitetos começaram a comprar livros, como foram usados e como suas leituras afetaram seus projetos? Seria preciso também considerar não somente os livros em seu funcionamento social, como textos plurívocos, mas também os leitores, no caso arquitetos, como intérpretes ativos. Incorporando reflexões da história social do livro e da leitura (de Lucien Febvre a Roger Chartier), a análise de bibliotecas de arquitetos (e de historiadores da arquitetura) poderia, segundo ela, revelar dados fundamentais sobre a circulação de ideias, ou a apropriação e transformação de conceitos e referências, não só em função de seu conteúdo e constituição enquanto coleção, mas também em seu uso direto, nos sublinhados, anotações, garatujas e diagramas em versos, margens ou folhas soltas no interior das publicações reunidas por tal ou qual arquiteto. Tratava-se de indícios muitas vezes preciosos de reflexões individuais (e mesmo íntimas) em andamento, sobre como os mesmos livros são apropriados por diferentes autores e em diferentes momentos, organizando ideias e tomadas de posição, inclusive com relação à própria produção projetual de seus detentores.

No Brasil, é cada vez mais comum que bibliotecas institucionais procurem manter a integridade das doações recebidas, de modo a permitir esse tipo de análise. Um caso digno de nota é o acervo bibliográfico e o arquivo pessoal e profissional do professor Paulo Santos, doados em 1984 à Fundação Pró-Memória, que compõem, desde 1993, a Biblioteca Paulo Santos do Paço Imperial do Rio de Janeiro. Seu estudo viabiliza múltiplas leituras: a da circulação de livros e ideias sobre arquitetura no país ao longo de décadas fundamentais para o desenvolvimento da arquitetura moderna brasileira; a da relação entre tais dinâmicas intelectuais e a produção profissional contemporânea para além das interpretações consagradas; a construção de um modo particular de registrá-la e encará-la ativamente criado por Santos, o dos estudos sobre a arquitetura, cidade e patrimônio do período colonial no país e na América Latina.

Materiais e estratégias de pesquisa como esses revelam não apenas possibilidades ainda pouco exploradas de trabalho com as fontes, mas a própria dificuldade de se distinguir com segurança aquelas que são dignas de preservação das que lhe são subordinadas ou mesmo descartáveis na composição dos acervos de arquitetura e urbanismo. Ao menos no Brasil, e mesmo em coleções de renomados profissionais, ainda é comum a hierarquia entre desenhos, planos ou

projetos e todo um vasto conjunto de documentos tidos como “paralelos”, “complementares” na organização e tratamento, incluindo coleções bibliográficas e mesmo a própria produção intelectual ou artística. É o caso de coleções de grande porte e complexidade, como as dos arquitetos Rino Levi e Vilanova Artigas, guardadas junto à biblioteca da FAU-USP. Na primeira, os desenhos foram guardados separadamente dos documentos de outra natureza, que acabaram por perder os vínculos com os projetos aos quais se relacionavam. Na segunda, os desenhos foram separados da vasta coleção de documentos arquivísticos, incluindo correspondência, fotografias, croquis, registros profissionais, notas de obras, cálculos, relatórios e memoriais, que em parte permaneceram em posse da família do arquiteto, em parte foram destinados a distintas instituições.

A dimensão de algumas coleções individuais, a permanente expansão dos acervos e as crescentes demandas de uso das fontes naturalmente colocam desafios de difícil enfrentamento a toda e qualquer instituição comprometida com a memória e a história da arquitetura e do urbanismo. Outra limitação frequentemente observada diz respeito às condições de consulta e manuseio de originais, o que tem levado várias dessas instituições a investir na regulação do acesso, na composição de coleções especiais ou raras e em políticas de restauração e acondicionamento, bem como em esforços de digitalização de partes de seus documentos.

O tema da digitalização vem despertando grande entusiasmo nas últimas décadas, assim como ilusões. É que essas políticas e experiências de digitalização e disponibilização digital de acervos variam enormemente, tais os obstáculos legais e de custo, tempo, infraestrutura e recursos humanos que as diversas instituições enfrentam. É certamente exemplar, e muito citado, o trabalho de ponta realizado pelo CCA, instituição privada fundada pela arquiteta e filantropa canadense Phyllis Lambert especialmente dedicada à preservação, pesquisa e extroversão de acervos de arquitetura. Recentemente, o centro iniciou um processo de digitalização de trechos significativos de seu acervo e, em outubro de 2020, já contava com milhares de itens digitalizados de coleções importantes, como as de Peter Eisenman, John Hejduk, Pierre Jeanneret, Aldo Rossi, Álvaro Siza, James Stirling/Michael Wilford e do Institute for Architecture and Urban Studies.

A digitalização não se restringiu a desenhos e fotografias, mas incluiu diferentes tipos de material gráfico, de croquis e cadernos de viagens a detalhes construtivos, material financeiro e administrativo de escritórios e instituições, correspondência, notas de aulas e trabalhos didáticos.⁴⁴ Não resta dúvidas da importância que uma iniciativa como essa pode ter para a salvaguarda dos originais e o desenvolvimento da pesquisa em arquitetura, não só em função do volume e da qualidade dos materiais acessíveis remotamente, mas sobretudo

44. Na plataforma on-line do centro, os objetos podem ser visualizados e baixados livremente em 1.400 pixels de largura, o que, dependendo de suas dimensões reais, permite uma reprodução adequada. Materiais de áudio e vídeo estão descritos, mas não disponíveis para acesso. Disponível em: <<https://bit.ly/39ZAPI9>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

45. Das mais de 1.400 instituições conveniadas, apenas sete são universidades da América do Sul. No Brasil, a única universidade com acesso integral ao sistema é a Unicamp, o que é representativo das assimetrias (globais e nacionais) no acesso à pesquisa e a recursos para o ensino de arquitetura, mesmo de objetos digitalizados. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZL9MyF>>, <<https://bit.ly/3onotly>> e <<https://bit.ly/2ZMvAtN>>. Acesso em: 30 out. 2020.

46. Projeto multidisciplinar em parceria com pesquisadores do Instituto de Matemática e Estatística (IME-USP), da Escola de Comunicação e Artes (ECA-USP) e da Faculdade de Direito (FD-USP), que conta com o apoio da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), da Fapesp, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), das pró-reitorias de Pesquisa e de Cultura e Extensão da USP e da Diretoria da FAU-USP. Disponível em: <<https://bit.ly/3F5F6YW>>. Acesso em: 1 nov. 2020.

47. Segundo Rozestraten, Santos e Lima (2018), os usuários do Arquigrafia são em sua maioria estudantes de arquitetura (38,6%); arquitetos (23,4%); alunos de graduação em outras áreas (10,3%); professores de arquitetura (4,3%); e fotógrafos (4,1%). O sistema permite ao usuário marcar, georreferenciar e atribuir licenças específicas (Creative Commons) para cada imagem de suas coleções.

48. Rozestraten, Santos e Lima (2018).

49. Aquelas que já possuem as autorizações dos detentores dos direitos autorais sob a licença Creative Commons.

quando – como é o caso do CCA – a instituição investe em convênios e parcerias com universidades de todo o mundo e na promoção direta de uma agenda inovadora de investigação no campo. Porém suas condições institucionais, técnicas e orçamentárias, e o circuito internacional do mais alto prestígio em que orbitam os acervos com que ela opera, reiteram o seu caráter de excepcionalidade no sistema global dos acervos de arquitetura.

Alternativas aos imensos desafios da digitalização e da disponibilização on-line de acervos são por isso, muitas vezes, articuladas em rede, a exemplo daquela estruturada em torno da plataforma Artstor – organização sem fins lucrativos sediada nos Estados Unidos que colabora com a catalogação e disponibilização de imagens de arte e arquitetura de diferentes instituições acadêmicas ao redor do mundo. Atualmente, o Artstor gerencia o acesso a cerca de 2,5 milhões de imagens distribuídas em cerca de trezentos acervos de diferentes naturezas, entre as quais o Society of Architectural Historians Architecture Resources Archive (Sahara) e coleções de bibliotecas e museus universitários como os de Columbia, Harvard, Princeton e Yale. Ainda que cerca da metade dessas imagens seja de acesso público, o conteúdo integral é, contudo, restrito às instituições signatárias, e os itens nela incluídos representam uma parte relativamente pequena dos acervos integrais de cada uma das conveniadas. A Avery Library, da Universidade Columbia, por exemplo, disponibiliza publicamente apenas quatro de suas centenas de coleções, com diferentes permissões, restrições e resoluções, reservando para os signatários 20 mil imagens de plantas e cortes de suas gigantescas Architectural Plans and Sections Collections. Outras coleções são parcialmente públicas e parcialmente restritas, como o já mencionado Sahara, que disponibiliza publicamente cerca de 5% de suas mais de 155 mil imagens.⁴⁵

Esforços no mesmo sentido, de compartilhamento de imagens de acervos, vêm sendo feitos pontualmente em algumas instituições brasileiras. Desde 2008, sob coordenação do professor da FAU-USP Artur Rozestraten, o Arquigrafia⁴⁶ contribui para a construção de uma vasta coleção de imagens digitais de edifícios e espaços urbanos do Brasil, com acesso gratuito on-line e, desde 2011, aberto à colaboração de usuários particulares⁴⁷ e institucionais. Naturalmente, o grosso do acervo de aproximadamente 13.300 imagens digitalizadas é composto de itens pertencentes ao Setor de Materiais Iconográficos da Biblioteca da própria FAU-USP,⁴⁸ de cujo conjunto de 34 mil slides e 8 mil fotografias em papel, 6.724 imagens já estão disponíveis no Arquigrafia.⁴⁹

Ao longo de 2019, durante a gestão da professora Ana Lanna como diretora da faculdade, por outro lado, foi elaborado o portal Acervos FAU-USP, que reúne recursos sob a responsabilidade da Seção Técnica de Materiais Iconográficos,

da Seção Técnica de Audiovisual e da Seção Técnica de Produção Editorial. O banco de dados do acervo em constituição, apesar de reduzido, pode ser acessado por meio de suas coleções temáticas e por tipos de materiais – separados nas categorias: cartazes, diapositivos, documentação, fotografias, maquetes, negativos, periódicos, publicações, projetos e vídeos –, ampliando seus horizontes de preservação e utilização.⁵⁰ É de se esperar que com a criação de redes mais amplas de acervos de arquitetura no Brasil, como a que está sendo estruturada pelo Departamento de São Paulo do Instituto de Arquitetos do Brasil, as formas de interação e colaboração entre acervos brasileiros possam resultar em claros benefícios para a preservação do patrimônio cultural e o desenvolvimento da pesquisa em arquitetura em todo o país.⁵¹

É certo que, na pesquisa especializada, o objeto digitalizado cumpre funções importantes: fornecer elementos suficientes para pesquisas sem grandes pretensões ou rigores documentais, ou de financiamento limitado; funcionar como recurso prévio de identificação de fontes e planejamento de consultas in loco e mesmo para antecipar informações relevantes para formulações e hipóteses preliminares, antes de pesquisas de campo frequentemente custosas; ou facilitar revisões panorâmicas de grande número de objetos guardados em diferentes instituições, que o tempo de viagem e manuseio de originais pode tornar proibitivo. Além disso, funcionam como cópias de segurança (ainda que sempre parciais) de objetos inevitavelmente sujeitos a riscos de acondicionamento. Não são usos de modo algum desprezíveis. Aliás, em momentos de catástrofe ou crises sanitárias como a atual pandemia de covid-19, revelam-se como recursos decisivos para a continuidade de pesquisas em acervo.

Não se pode tampouco esquecer dos acervos digitais de nascença, como os que desde os anos 1980, com a difusão de práticas de desenho baseadas em programas computacionais, vêm sendo produzidos pelos arquitetos. À medida que produções mais recentes, e as próprias rupturas vivenciadas na prática profissional com as novas ferramentas de projeto, tornam-se objeto de investigação histórica, novos temas vão emergindo. Sua incorporação por acervos institucionais esbarra em desafios de ordem tecnológica, por um lado – como o tipo de arquivos e os respectivos programas utilizados, licenças e equipamentos necessários para sua visualização –, e de ordem curatorial, por outro, pois os procedimentos digitais de projeto supõem atividades como seleção de versões, apagamento e retificação constante de informações e a hierarquização entre elas. É claro que escolhas do tipo sempre foram feitas com o desenho físico sobre papel, mas a digitalização generalizada da atividade projetual recoloca na ordem do dia questões como autenticidade, originalidade, preservação, arquivamento, catalogação, pesquisa e leitura crítica das fontes.

50. Disponível em: <<https://bit.ly/39ZB0Dj>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

51. Disponível em: <<https://bit.ly/2WqgLvu>>. Acesso em: 30 out. 2020.

52. Lavin (2020).

53. Cf. Arasse (1992).

54. Cf. Damisch (2018).

Seja como for, a depender do tipo de pesquisa – em que estão em jogo inovações metodológicas, sutilezas analíticas, revisões filológicas e controvérsias interpretativas –, o contato com os originais, por múltiplas razões, costuma ser imprescindível, quando não marcado por surpresas e achados frequentemente inapreensíveis ao olhar leigo e aos aparatos tecnológicos. É o que sugere, por exemplo, Sylvia Lavin⁵² na exposição *Architecture Itself and Other Postmodern Myths*, montada no CCA, no final de 2018. Nela, a historiadora da arquitetura, professora da Escola de Arquitetura da Universidade de Princeton, propôs visitar a arquitetura pós-moderna, interpelando justamente objetos de arquivos que frequentemente passam despercebidos. Itens como cartões de visita de técnicos de eletricidade, rádio e TV guardados por Venturi e Scott Brown; notas rasuradas no verso de um croqui de John Hejduk; uma lista de objetos roubados no porta-malas de Hans Hollein; ou uma cobrança de quinze dólares por trinta minutos trabalhados por Charles Moore (pertencentes ao CCA e a outras coleções), frequentemente negligenciados nos processos de digitalização, disponibilização e acessibilidade em rede, e não menos pela historiografia de arquitetura, não só embaralham o valor atribuído a cada tipo de objeto documental, mas podem surpreender criticamente interpretações consagradas, problemáticas difusas e incidentes subterrâneos no conjunto da produção deste ou daquele profissional. Mais do que isso, como sugere Giovanna Borasi, curadora-chefe do CCA, no texto de apresentação do catálogo da exposição, a atenção da equipe coordenada por Lavin a objetos frequentemente considerados periféricos (se não totalmente irrelevantes) viria a informar uma revisão dos próprios critérios adotados pela instituição para distinguir objetos colecionáveis dos não colecionáveis.

Há sempre, aqui e ali, itens a funcionar como pormenores em uma pintura.⁵³ Capazes de tornar estranhas as condições de criação arquitetônica e ultrapassar os sentidos dados, imediatos, integrais ou perfeitamente controlados por seu autor, eles podem revelar condições involuntárias de escolha, padrões de intenção, associações livres, afinidades eletivas, vícios geracionais, culturais, imaginários. Esses itens, pois, são capazes de abrir pistas para novas interpretações, desde que filtradas por outras formas de análise da produção arquitetônica. Talvez porque justamente não os vejamos à primeira vista, ou porque não costumam despertar grande atenção, eles muitas vezes se revelam determinantes para o sentido das obras, quase nunca tão evidente.⁵⁴

HORIZONTES HISTORIOGRÁFICOS POSSÍVEIS

De fato, a crescente importância dada aos mais insuspeitos materiais primários, considerando suas especificidades físicas ou digitais, está associada à profissionalização do pesquisador em arquitetura – no campo da história, mas também da teoria, do projeto, das linguagens e das técnicas. De campo para campo, de período para período, de um objeto a outro, o trabalho com a documentação tem variado enormemente. Registros tidos – por arquitetos, historiadores, curadores ou responsáveis por acervos – como secundários, ou mesmo anedóticos em certo contexto, podem se revelar altamente expressivos em outro e sua aparente improdutividade crítica ou heurística adquirir papel crucial, antes imprevisível. A historiografia da arquitetura é cheia de exemplos dessa movimentação das fontes em face da variação de metodologias, abordagens e objetos de pesquisa, oscilando entre séries abrangentes e fragmentos dispersos, de regiões de sombra a sua promoção na hierarquia das evidências e vice-versa.

O que dizer, por exemplo, dos usos que a partir de certo momento a historiografia passou a fazer de croquis, maquetes, versões preliminares, detalhamentos executivos, cálculos de engenharia, como registros tão significativos quanto os projetos finais – às vezes até mais –, efetivamente adotados na execução de uma obra? Ou de fontes relativas a sua produção material: contratos, encomendas, editais, plantas legais, alvarás, despachos e relatórios de empresas ou agentes envolvidos na construção, especificações, memoriais de obra, registros de canteiro? Ou relativas a sua recepção e apropriação; fotografias da obra acabada; notícias e comentários avulsos a seu respeito; registros de eventos nela realizados, de usos cotidianos, de seu interior e usuários e de sua deterioração, manutenção, reforma e preservação ou demolição ao longo do tempo; e das transformações ao seu redor? O que dizer inclusive dos novos usos de fontes pessoais para além das biografias tradicionais de antigos heróis; da correspondência privada de um arquiteto, um engenheiro, um cliente; de suas cadernetas telefônicas ou agendas, álbuns de fotografias, registros de viagens e encontros, passaportes, currículos, desenhos e leituras; e das próprias bibliotecas ou coleções particulares – para não falar de objetos avulsos, triviais, desconectados, aparentemente inexpressivos ou desprezíveis, como os atos falhos em um discurso, que muitas vezes são capazes de oferecer novas possibilidades de interpretação, novas histórias e rupturas analíticas?

De fato, na historiografia da arquitetura, há muito abandonou-se a tradição dos inventários e cronologias de estilos e modelos ou das biografias e epopeias de mestres e obras-primas, que cancelavam práticas projetuais. Historiadores os mais

diversos,⁵⁵ há décadas vêm ampliando não somente o repertório teórico e analítico do campo, como também o universo de problemáticas até então priorizadas. Em vez das tradicionais análises morfológicas de objetos vistos como dotados de unidade e coerência internas, propõem a dissecação das obras através de olhares múltiplos, indiretos ou cruzados sobre elas; em vez de se deter em processos de criação solitária de autores individuais analisados isoladamente a partir de seus próprios mundos de referência, tratam de reinseri-los em histórias mais amplas de esquemas culturais e em processos de produção envolvendo interesses, diretrizes, encargos, modos de trabalhar, formas de uso e significação e formas de inserção no território, na sociedade ou na economia/política. Por isso a necessidade de olhar novos objetos com novas fontes e ferramentas e, ao mesmo tempo, lançar novos olhares a objetos já conhecidos, indagá-los e cruzá-los, buscando compreendê-los no contraponto com outras obras, projetos abandonados ou jamais implementados, outros registros edificados e materiais urbanos, bem como com outros conjuntos de documentos, internos e externos ao ofício e à produção do arquiteto. E, de fato, é muitas vezes no embate direto com os acervos em sua integridade, na indefinição a priori entre documentos principais e periféricos, no cotejo entre acervos diversos e entre documentos gráficos e textuais, que se faz a aventura da pesquisa, os caminhos da descoberta e a recompensa dos achados.

O trabalho com fontes primárias pode provocar inquietações acerca do papel dos acervos históricos ou mesmo do estatuto dos originais, sobretudo em um momento em que as possibilidades e limites da digitalização e da disponibilização on-line se impõem nos debates sobre o tema. Seriam os acervos de originais meras relíquias; objetos de museu de aura e utilidade questionáveis; fetiches de uma autenticidade perdida, de um valor de comprovação que as próprias técnicas gráficas e aportes historiográficos sonegam? Seriam eles apenas ativos no emergente mercado internacional de acervos de arquitetura, de prestígio de arquitetos e de encomendas de exceção, ou teriam também um papel político e simbólico na economia do conhecimento e do patrimônio cultural, cada vez mais competitiva, desigual e hierárquica? Guardariam os originais informações passíveis de novas leituras, esperando por perguntas ainda não formuladas, que outros tempos, outras historiografias, outras técnicas de reprodutibilidade, pesquisadores de outras origens e renovados olhares poderão propor? Que rastros, que indícios eles teriam um dia a revelar? Serão eles acessíveis e legíveis futuramente em suas versões nativas, tangíveis ou não, nos conjuntos que compõem ou de que se descolam, em seus critérios atuais de classificação, guarda, descarte e acesso?

Talvez devamos mesmo reconhecer a potência ainda inexplorada, nem sequer detectada, dos acervos de arquitetura, enquanto investimos na formação e

na produção de arquitetos, professores, pesquisadores, curadores e profissionais de coleções, que, nas próximas gerações, irão confrontá-los com preocupações, métodos e hipóteses ainda por nós desconhecidos. Quando inserir esse debate na formação do arquiteto e do historiador da arquitetura? Como fazê-lo? Com que tipo de acervos trabalhar? Como lidar com suas especificidades e cruzamentos? Que documentos levar em conta? Como enfrentá-los, interpretá-los, elaborá-los em suas pesquisas em face de outras evidências a seu respeito, das próprias obras edificadas, dos registros materiais gravados em sua fatura, do ambiente construído, da vida, dos sentimentos, práticas e sentidos que se desdobram ao seu redor? Que estímulos teóricos, criativos, profissionais e mesmo epistemológicos ou psicológicos os pesquisadores haverão de recolher no embate com as fontes? E em um mundo progressivamente mediado pelas tecnologias de informação, de coleta, armazenamento, processamento, transmissão e manipulação de dados, como eles poderão se preparar para lidar com tais ou quais dimensões sociais e produtivas da arquitetura, com suas características tectônicas, notações indiciárias, pormenores, gráficos e materiais, simbólicos, inclusive com aquelas pistas mais sutis, aparentemente inexpressivas e frequentemente subestimadas nas análises correntes?

As dúvidas e desafios são muitos. Não é prudente propor soluções gerais para a diversidade dos acervos e das práticas de ensino e pesquisa em arquitetura, urbanismo ou áreas afins, até porque eles também são construções passíveis de ser transformadas a cada experiência, a cada momento, a cada forma de fazer história.

REFERÊNCIAS

ALOFSIN, Anthony. *The struggle for modernism: architecture, landscape, and city planning at Harvard*. New York: W.W. Norton, 2002.

ARASSE, Daniel. *Le détail: pour une histoire rapprochée de la peinture*. Paris: Flammarion, 1992.

BAXANDALL, Michael. *Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BEASLEY, Gerald. Libraries: an evolving mission. In: OCKMAN, Joan. (ed.). *Architecture school: three centuries of educating architects in North America*. Cambridge: MIT Press, 2012. p. 358-363.

CARPO, Mario. *Architecture in the age of printing: orality, writing, typography, and printed images in the history of architectural theory*. Cambridge: MIT Press, 2001.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Os alvos da história da arquitetura: João Boltshauser e Sylvio de Vasconcellos. *Arquitetura Revista*, São Leopoldo, v. 9, n. 2, p. 73-81, 2013.

CASTRO, Ana Claudia Veiga de; SILVA, Joana Mello de Carvalho e. Dossiê fazer história: o estatuto das fontes e o lugar dos acervos nas pesquisas de história de arquitetura e da cidade no Brasil. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 11-18, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3kL20Nk>>. Acesso em: 7 jun. 2021.

CHAHIN, Samira Bueno. *Cidade nova, escolas novas?* Anísio Teixeira, arquitetura e educação em Brasília. 2018. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

COHEN, Jean-Louis. Da afirmação ideológica à história profissional. *Desígnio: Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo*, São Paulo, n. 11-12, p. 45-51, 2011.

COHEN, Jean-Louis. *La coupure entre architectes et intellectuels, ou les enseignements de l'italophilie*. Paris: École d'Architecture de Paris-Villemin, 1984.

CONTIER, Felipe de Araujo. *O edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Cidade Universitária: projeto e construção da escola de Vilanova Artigas*. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Dicionário da Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Edart, 1972.

COSTA, Eduardo Augusto. *Arquivo, poder, memória*: Herman Hugo Graeser e o Arquivo Fotográfico do Iphan. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

DAMISCH, Hubert. Uma mulher, portanto: le déjeuner sur l'herbe. *Ars*, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 59-72, 2018.

DEDECCA, Paula Gorenstein; SODRÉ, João Clark de Abreu. Cultura e política nas publicações dos estudantes da FAU-USP, 1950-1972. In: LIRA, José (ed.). *História e cultura estudantil*: revistas na USP. São Paulo: Edusp, 2012. p. 162-185.

FERNANDES, Ana (ed.). *Acervo do EPUCS*: contextos, percursos, acesso. Salvador: UFBA, 2014.

FERRO, Sergio. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS. *Habitação popular*: inventário da ação governamental. São Paulo: Finep, 1985.

GUTIÉRREZ, Ramon. Os arquivos de arquitetura no contexto latino-americano. In: CASTRIOTA, L.B. *Arquitetura e documentação*: novas perspectivas para a história da arquitetura. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Ieds, 2011. p. 29-52.

KAUFFMAN, Jordan. *Drawing on architecture*: the object of lines, 1970-1990. Cambridge: MIT Press, 2018.

LAVIN, Sylvia. *Architecture itself and other postmodernization effects*. Montreal: Canadian Centre for Architecture; Leipzig: Spector Books, 2020.

LIRA, José. Arquitetura, acervos e barbárie. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 set. 2020.

MCPHEE, S. The architect as reader. *Journal of the Society of Architectural Historians*, Chicago, v. 58, n. 3, p. 454-461, 1999.

MOLINERO, Bruno. “Doar meu acervo é manifestação de liberdade”, diz Paulo Mendes da Rocha. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 set. 2020.

MOLINERO, Bruno. Acervo de 9.000 itens de Paulo Mendes da Rocha sai do Brasil sob protestos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9 set. 2020.

MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende. *Inventários de identificação*: um panorama da experiência brasileira. Rio de Janeiro: Iphan, 1998.

PESSÔA, José (ed.). *Lúcio Costa*: documentos de trabalho. Rio de Janeiro: Iphan, 1999.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

QUINTANILHA, Rogério. Urbanismo e multidisciplinaridade nas cidades novas de Joaquim Guedes. In: SEMINÁRIO URBANISMO E URBANISTAS NO BRASIL, 3., 2017, Recife. *Anais [...]*. Recife: MDU-UFPE, 2017.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500-1720)*. São Paulo: Edusp, 1968.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

ROZESTRATEN, Artur Simões; SANTOS, Cibele de Araújo Camargo Marques dos; LIMA, Vânia Mara Alves. Arquigrafia: ambiente colaborativo web de imagens de Arquitetura. *Informação & Tecnologia*, João Pessoa, v. 5, n. 2, p. 66-80, 2018.

SANCHES, Maria Ligia Fortes. *Construções de Paulo Ferreira Santos: a fundação de uma historiografia da arquitetura e do urbanismo no Brasil*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

SANTOS, Amália Cristovão dos. A América Portuguesa sob as luzes do scanner: arquivos, reprodução e manipulação digital da cartografia histórica. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 71-98, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3kKGmZw>>. Acesso em: 7 jun. 2021.

SANTOS, Paulo. *O barroco e o jesuítico na arquitetura do Brasil*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1951.

SANTOS, Paulo. *Quatro séculos de cultura*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1966.

SCHENKMAN, Raquel Furtado. *Modernização do trabalho da arquitetura: três edifícios em São Paulo*. 2009. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SEGAWA, Hugo. A fragilidade e o peso dos papéis. *Jornal da USP*, São Paulo, 17 set. 2020.

SILVA, Joana Mello de Carvalho. *O arquiteto e a produção da cidade: a experiência de Jacques Pilon, 1930-1960*. São Paulo: Annablume, 2012.

SODRÉ, João Clark de Abreu. *Arquitetura e viagens de formação pelo Brasil (1938-1962)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

STIEBER, Nancy. Space, time and architectural history. In: ARNOLD, Dana; ERGUT, Elvan Altan; OZKAYA, Belgin Turan (eds.). *Rethinking architectural historiography*. London: Routledge, 2006. p. 171-182.

TAFURI, Manfredo. Arquitetura e historiografia: uma proposta de método. Tradução de Luís Fábio Antonioli. *Designio: Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo*, São Paulo, n. 11-12, p. 19-28, 2011.

TAFURI, Manfredo. Il “progetto” storico. *Casabella*, Milano, n. 429, p. 11-18, 1977.

UM ABRAÇO no Paulo: em respeito a Paulo Mendes da Rocha. *Vitruvius*, São Paulo, ano 21, n. 156.03, 21 set. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3A0dwZs>>. Acesso em: 30 set. 2021.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vocabulário arquitetônico*. Belo Horizonte: [s. n.], 1961.

VIDESOTT, Luisa. *Narrativas da construção de Brasília*: mídia, fotografias, projetos e história. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009.

WISNIK, Guilherme. Falta de estrutura no Brasil respalda decisão de Paulo Mendes da Rocha. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 set. 2020.

WRIGHT, Gwendolyn; PARKS, Janet (eds.). *The history of history in American schools of architecture, 1865-1975*. New York: The Temple Hoyne Buell Center for the Study of American Architecture, 1990.

XAVIER, Alberto; BRITTO, Alfredo; NOBRE, Ana Luiza. *Arquitetura moderna no Rio de Janeiro*. São Paulo: Pini, 1991.

Artigo apresentado em: 18/01/2021. Aprovado em: 11/05/2021.



All the contents of this journal, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution License